



Balanços

Instituto de Desenvolvimento Tecnológico e Humano-IDTECH
CNPJ/MF N.º 07.966.540/0001-73
Contrato de Gestão n.º 24/2012 / Hospital Alberto Rassi (HGG)
Demonstrações Contábeis de 2015

BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em Reais)

ATIVO	Nota Explicativa	2015	2014
CIRCULANTE		23.825.101	11.133.320
Caixa e equivalentes de caixa	8	673.309	4.058.341
Contas a receber	9	46.888.945	8.413.635
Adiantamentos		306.422	314.627
Estoques	10	1.818.397	2.977.906
Despesas antecipadas		8.916	12.607
(-) Subvenção a apropriar	13	(25.670.888)	(4.643.796)
NÃO CIRCULANTE		159.111	-
Contas a receber	9	159.111	-
Investimentos		17.000	17.000
Imobilizado	11	6.810.224	7.233.362
Intangível	12	337.081	-
(-) Subvenção a apropriar	13	(7.164.305)	(7.250.362)
TOTAL DO ATIVO		23.984.212	11.133.320

PASSIVO	Nota Explicativa	2015	2014
CIRCULANTE		24.795.785	13.338.851
Fornecedores	14	12.305.743	4.273.798
Obrigações trabalhistas	15	6.851.662	4.735.525
Obrigações tributárias	16	228.108	204.710
Projetos de terceiros	17	89.420	212.252
Suspensão de glosa a realizar	18	5.320.852	3.912.566
NÃO CIRCULANTE		5.326.556	5.201.160
Subvenção a apropriar	19	5.287.556	5.181.160
Provisões para riscos	20	39.000	20.000
PATRIMÔNIO SOCIAL	23 / 7.1	(6.138.129)	(7.406.691)
Patrimônio social		723.309	846.406
Déficit acumulado		(6.861.438)	(8.253.097)
TOTAL (PASSIVO + PS)		23.984.212	11.133.320

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em Reais)

DESCRIÇÃO	Nota Explicativa	2015	2014
RECEITA LÍQUIDA		92.267.965	64.774.265
CUSTO DOS SERVIÇOS		(65.797.822)	(60.841.005)
Custo com recursos humanos	24.1	(41.927.269)	(40.548.130)
Custo com atividade hospitalar	24.2	(23.870.553)	(20.292.875)
SUPERÁVIT BRUTO		26.470.143	3.933.260
DESPESAS		(33.427.633)	(12.264.757)
Despesas administrativas	25	(33.427.633)	(12.264.757)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS		1.951	92.721
DÉFICIT ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(6.955.539)	(8.238.776)
Resultado financeiro líquido	26	94.101	(14.321)
DÉFICIT DO EXERCÍCIO		(6.861.438)	(8.253.097)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO SOCIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em Reais)

EVENTOS	Nota Explicativa	PATRIMÔNIO SOCIAL	DÉFICIT ACUMULADO	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2013		2.814.378	(1.967.972)	846.406
Incorporação do déficit de 2013		(1.967.972)	1.967.972	-
Déficit do exercício de 2014		(8.068.152)	(8.068.152)	-
Ajuste do déficit de 2014:				
Ajustes de 2014			(184.945)	
(=) Déficit ajustado			(8.253.097)	(8.253.097)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	7.1	846.406	(8.253.097)	(7.406.691)
Incorporação do déficit de 2014		(8.253.097)	8.253.097	-
Incorporação de subvenção p/ cobertura do déficit de 2014	23.1	8.130.000	-	8.130.000
Déficit do exercício de 2015	23.2		(6.861.438)	(6.861.438)
Saldo em 31 de dezembro de 2015		723.309	(6.861.438)	(6.138.129)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em Reais)

DESCRIÇÃO	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Déficit do exercício	(6.861.438)	(8.253.097)
Ajustes:		
(+) Depreciação	838.415	399.992
(+) Baixa de imobilizado	9.277	-
(+) Provisões para riscos	19.000	20.000
Decréscimo (acréscimo) em ativos		
Contas a receber	(14.610.763)	(3.323.928)
Estoques	1.159.509	(1.398.732)
Tributos a recuperar	-	(364)
Adiantamentos	8.205	(176.678)
Despesas antecipadas	3.690	(1.368)
Subvenção a apropriar	5.247.378	11.782.444
(Decréscimo) acréscimo em passivos		
Fornecedores	8.031.945	1.039.818
Obrigações trabalhistas	2.116.137	1.518.065
Obrigações tributárias	23.397	(78.767)
Suspensão de glosa a realizar	1.408.286	3.912.566
Subvenção a apropriar	106.397	(5.587.799)
Projetos de terceiros	(122.832)	124.239
Caixa líquido (consumido) nas atividades operacionais	(2.623.397)	(23.609)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado	(424.554)	(3.749.242)
Aquisição de investimentos	-	(2.000)
Aquisição de intangível	(337.081)	-
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimento	(761.635)	(3.751.242)
REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(3.385.032)	(3.774.851)
Caixa e equivalentes de caixa no início	4.058.341	7.833.192
Caixa e equivalentes de caixa no fim	673.309	4.058.341
VARIAÇÃO OCORRIDA NO EXERCÍCIO	(3.385.032)	(3.774.851)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2015

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E HUMANO – IDTECH é uma instituição brasileira, sem fins lucrativos, qualificada como organização social pelos seguintes atos legais:

- Decreto nº 1.288/2006 de 07/06/2006, expedido pelo chefe do Poder Executivo do Município de Goiânia – GO.
- Decreto nº 977/2008 de 04/08/2008, expedidos pelo chefe do Poder Executivo do Município de Aparecida de Goiânia – GO.
- Decreto nº 29.707 de 01/02/2010 expedido pelo chefe do Poder Executivo do Município Anápolis.
- Decreto nº 7.146 de 30/08/2010 expedido pelo chefe do Poder Executivo do Estado de Goiás.

O Instituto foi declarado de utilidade pública estadual pela Lei nº 16.218, de 19/03/2008; e utilidade pública municipal (Goiânia) consoante Lei nº 9.005 de 27/12/2010.

O Instituto tem como objetivo promover a geração, o desenvolvimento e o aproveitamento de tecnologias voltadas para o interesse social. Não remunera nem concede vantagens, benefícios, bonificações, participações em resultados ou parcelas do seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto, por qualquer título, a diretores, associados, conselheiros, benfeitores ou equivalentes.

2. CONTRATO DE GESTÃO HOSPITAL ALBERTO RASSI (HGG)

Em 13 de março de 2012 o IDTECH firmou, com o Estado de Goiás, por meio da Secretaria de Estado de Saúde - SES/GO, o contrato de gestão nº 024/2012, por um período de 1 (um) ano, competido ao Instituto promover o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no Hospital Alberto Rassi, no regime de 24 horas/dia, assegurando aos usuários do SUS assistência universal e equânime.

O contrato de gestão nº 024/2012 vem sendo renovado por meio de termos aditivos, e em 2015, por meio do termo ativo n.º 5, houve a prorrogação do referido contrato com início em 13 de março de 2015 e término em 12 de março de 2016. De acordo com a cláusula quarta do termo ativo n.º 5, o valor estimado total para o período da prorrogação é de R\$ 108.346.235 (cento e oito milhões trezentos e quarenta e seis mil duzentos e trinta e cinco reais).

Considerando o objeto do termo aditivo cabe ao Instituto, além das obrigações constantes no contrato primitivo, a implantação dos programas de residência médica de psiquiatria e anesthesiologia e a aquisição de materiais e equipamentos para execução de todos os programas de residência médica do Hospital Alberto Rassi (HGG).

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis do IDTECH / HGG foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pessoas jurídicas de direito privado sem finalidades de lucros, as quais estão previstas na Interpretação ITG 2002 – Entidades sem Finalidades de Lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/12, nos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC referendados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, por intermédio de Resoluções.

3.2 Moeda Funcional

As demonstrações contábeis do IDTECH / HGG estão apresentadas em reais ("R\$"), que é a moeda funcional do Instituto.

4. RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do superávit ou déficit

Na apuração do superávit ou déficit do exercício aplica-se o regime de competência para o reconhecimento das receitas e das despesas.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de valor de mercado (realizáveis em até 90 dias), os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

c) Contas a receber

O saldo de contas a receber decorrente do contrato de gestão n.º 024/2012 está apresentado pelo custo dos valores pactuados no contrato e aditivos, deduzido das glosas das folhas de pagamento as quais são levadas ao resultado do exercício.

d) Estoques

Os estoques de mercadorias destinados à prestação de serviços de saúde no Hospital Alberto Rassi – HGG estão registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao valor realizável líquido, quando este for menor que o custo.

e) Despesas antecipadas

Estão representadas por pagamentos antecipados de serviços de manutenção e suporte técnico preventivo dos equipamentos de informática adquiridos para o Hospital Alberto Rassi (HGG), além de assinaturas de periódicos e seguros.

f) Investimentos

O Instituto mantém seus investimentos avaliados pelo método do custo de aquisição deduzidos das perdas por desvalorização, quando aplicável.

g) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição e/ou construção, e reduzido pela depreciação acumulada, pelas perdas por desvalorização (impairment), quando aplicável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros associados a esses custos, que possam, por sua vez, ser mensurados com segurança. Reparos e manutenções, quando incorridos, são lançados em contrapartida ao resultado do período.

A depreciação dos bens do imobilizado é calculada com base no método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada dos bens, conforme demonstrado na nota explicativa nº 11. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados anualmente.

Os ganhos e as perdas nas alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em outras receitas (despesas) líquidas na demonstração do resultado.

h) Intangível

Ativos intangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição e/ou implantação e reduzido da amortização acumulada, quando o intangível for de vida útil definida e das perdas para redução ao recuperável (impairment), quando aplicável. Os direitos de uso de software são demonstrados pelo custo de aquisição, sendo amortizados linearmente.

i) Redução ao valor recuperável (Impairment)

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que o referido evento teve efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados, os quais podem ser estimados de maneira confiável. A administração da entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de se constituir perda por desvalorização.

j) Ativos e passivos não circulantes

Estão demonstrados por valores de realização / obrigação, conhecidos ou calculáveis, incluindo quando aplicáveis os rendimentos auferidos até a data do balanço.

k) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a serem pagas por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, as contas a pagar a fornecedores são apresentadas como passivo não circulante.

l) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Instituto tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

m) Julgamentos ou estimativas

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetem os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requerem um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas à incerteza nas estimativas futuras na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são: (a) a definição de vida útil e valor residual de ativos imobilizados; (b) a estimativa de perdas provenientes de glosas nos repasses do contratante; (c) a provisão para devolução de fundos transferidos entre empregados atuantes em diferentes projetos; e (d) as subvenções a apropriar, para as quais o Instituto tem razoável segurança de que há risco provável de não recebimento (perdas prováveis).

n) Isenção tributária

O IDTECH, por ser uma entidade de interesse social e sem fins lucrativos, é isento do recolhimento de impostos e contribuições. A isenção tributária do Instituto inclui o Imposto de Renda (IR), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) de atos próprios.

O Instituto também não está sujeito ao recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), exceto no caso das retenções efetuadas de acordo com o Código Tributário Municipal.

Em contrapartida, os recolhimentos do INSS patronal, do FGTS e do PIS ocorrem normalmente sobre a folha de pagamento, sendo a alíquota do PIS determinada em 1% das verbas da folha sujeita à incidência.

o) Subvenção governamental

Subvenção governamental é uma assistência do governo na forma de transferência de recursos para a entidade em troca de cumprimento passado ou futuro de certas condições relacionadas às atividades operacionais da entidade.

As subvenções governamentais são reconhecidas da seguinte forma: I) a subvenção que não impõe condições de desempenho futuro sobre a entidade recebedora é reconhecida como receita quando os valores da subvenção forem líquidos e certos; II) a subvenção que impõe determinada condição de desempenho futuro sobre a entidade é reconhecida como receita apenas quando as condições de desempenho forem atendidas; III) As subvenções recebidas antes dos critérios de reconhecimento de receitas serem satisfeitos são reconhecidas no passivo, ou no ativo deduzindo o valor contábil do ativo relacionado. A entidade mensura as subvenções pelo valor justo do ativo recebido ou recebível.

As subvenções governamentais estão apresentadas reduzindo o valor contábil do ativo relacionado, conforme descrito na nota explicativa nº 6.

5. GESTÃO DE RISCOS

As atividades do IDTECH o expõe a diversos riscos, para tanto, estes são regularmente monitorados a fim de avaliar os impactos sobre os seus resultados. A coordenação executiva, juntamente com a controladoria e a coordenação administrativa-financeira do Instituto, examina e revisa informações relacionadas com o gerenciamento dos riscos incluindo os procedimentos e práticas aplicadas no controle dos mesmos. A seguir a conceitualização dos principais riscos inerentes às atividades da entidade.

5.1 Risco de Liquidez

Este tipo de risco assume duas formas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa. O primeiro é a possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor. O segundo está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função da ausência de ativos de liquidez imediata suficientes para a cobertura dos passivos imediatos.

5.2 Risco de Crédito

Refere-se à possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores de empréstimos, contrapartes de contratos ou emissões de títulos.

5.3 Risco Legal

Está associado às perdas decorrentes de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais ou administrativos.

6. MUDANÇA DE POLÍTICAS CONTÁBEIS E RETIFICAÇÃO DE ERRO

Em 2015, o Instituto efetuou mudança de política contábil relacionada com a metodologia de evidenciação/divulgação das subvenções governamentais nas demonstrações contábeis, as quais estavam apresentadas como receita diferida no passivo, e que agora estão apresentadas no ativo reduzindo o valor contábil do ativo relacionado, de acordo com as disposições do item 24, da NBC TG 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais, que diz: "A subvenção governamental relacionada a ativos, incluindo aqueles ativos não monetários mensurados ao valor justo, deve ser apresentada no balanço patrimonial em conta de passivo, como receita diferida, ou deduzindo o valor contábil do ativo relacionado". Essa mudança foi feita pelo Instituto, por acreditar que ela oferece informações mais relevantes sobre o evento, consoante letra b, do item 14, da NBC TG 23 (R1) – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro.

Ressalta-se que permaneceu no passivo em rubrica de subvenção a apropriar os valores destinados a cobrir gastos com: (a) indenizações a empregados (aviso prévio em demissão sem justa causa, multa rescisória do FGTS e demais encargos rescisórios); (b) terceiros em eventual interrupção do contrato de gestão; e (c) contingências decorrentes das operações do contrato de gestão -, uma vez que, em consonância com a NBC TG 25 (R1) – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, não é possível constituir provisão de riscos para os eventos em questão, porque os mesmos não se enquadram nos critérios de reconhecimento preconizados pelo item 14 da referida norma.

Os efeitos da mudança de política contábil foram retroagidos ao exercício anterior (2014), com o objetivo de viabilizar comparabilidade às informações correspondentes e, portanto, permitindo aos usuários da informação analisa-las em bases comparáveis. Os efeitos da mudança de política contábil não interferiram nos resultados dos exercícios (2015 e 2014), exceto pelo comentário no próximo parágrafo, uma vez que houve, apenas, a modificação de alocação da subvenção nos balanços patrimoniais.

Além da mudança de política contábil, no exercício de 2015 foram identificados eventos que se conchocam ao final do encerramento das demonstrações contábeis de 2014 teriam sido contemplados naquelas demonstrações, como, por exemplo, os decorrentes de emissão tardia de documentação fiscal de serviços e despesas estimadas constituídas para contratos cujos valores divergiram. Também, em função de dúvidas sobre a possibilidade de recebimento da subvenção governamental relativa aos Instrumentais do HGG, optou-se por retirá-la do resultado (receita) do exercício de 2014, mantendo-a no ativo, reduzindo a subvenção a receber correspondente, assim como preceito o item 7 e 8 da NBC TG 07 (R1).

Os ajustes de exercícios anteriores efetuados em 2015 importaram no montante líquido de R\$ 184.945 (cento e oitenta e quatro mil, novecentos e quarenta e cinco reais), o qual encontra-se evidenciado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Social. Caso a administração não tivesse modificado a política contábil relativa à evidenciação/divulgação da subvenção governamental, os erros que perfizeram o montante citado acima seriam, apenas, comentados em notas explicativas, mas as demonstrações contábeis de 2014 não seriam reapresentadas, pelo fato de a alteração total ser considerada imaterial, de acordo com as disposições do item QC 11, da NBC TG Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Todavia, como se fez a mudança de política contábil, optou-se, também, por contemplar os ajustes de exercícios anteriores nas demonstrações contábeis de 2014.

7. REAPRESENTAÇÃO DAS CIFRAS COMPARATIVAS

Os efeitos da mudança de política contábil e da retificação de erro comentadas na nota explicativa nº 6, foram retroagidos ao exercício de 2014 modificando as demonstrações contábeis do referido ano calendário, de modo que as cifras correspondentes ora apresentadas já se encontram ajustadas. Abaixo, segue demonstração da variação ocorrida no patrimônio social de 2014, em decorrência dos ajustes.

7.1. Reconciliação do patrimônio social

DESCRIÇÃO	
Patrimônio Social em 31 de dezembro de 2014	(7.221.746)



(b) Refere-se ao Fundo Rescisório do Instituto onde são depositados os recursos necessários para arcar com as verbas rescisórias. O cálculo das transferências mensais ao Fundo Rescisório de cada projeto é realizado pela Gerência de Pessoal (GEP) e atualizado mensalmente, conforme projeção dos desligamentos de cada colaborador, por projeto, ao qual este está lotado.

(c) Refere-se ao Fundo de Contingência aprovado pelo Conselho de Administração do Instituto em 29 de Janeiro de 2007, para o qual são transferidos recursos equivalentes a 10% (dez por cento) de cada fatura de prestação de serviço. O objetivo do fundo é suprir eventuais dificuldades orçamentárias e financeiras decorrentes de atrasos e outras situações que porventura possam comprometer a situação econômico-financeira do Instituto.

(d) Refere-se às contas de investimentos do projeto HGG, relativamente a valores dos repasses ainda não utilizados até a data do balanço.

9. CONTAS A RECEBER

DESCRIÇÃO	2015	2014
Circulante:	46.688.945	8.413.635
Contrato de Gestão - Projeto HGG	45.137.064	6.715.855
Contrato de Gestão - Residência Médica HGG	1.550.669	1.696.804
Outros valores a receber	1.212	976
Não Circulante:	159.111	-
Contas a receber	159.111	-
TOTAL	46.848.056	8.413.635

10. ESTOQUES

DESCRIÇÃO	2015	2014
Medicamentos	642.566	979.792
Materiais médico hospitalares	672.767	1.495.638
Materiais especiais - OPME	4.135	82.417
Materiais de laboratório	3.777	-
Nutrição enteral	351	1.154
Nutrição parenteral	33.145	63.785
Gases medicinais	1.564	26.160
Materiais de expediente / impressos / formulários	71.633	60.406
Suprimentos de informática	4.579	59.049
Materiais de manutenção e conservação	291.296	19.904
Materiais de limpeza	25.293	68.835
Materiais de consumo	18.384	29.962
Rouparia	-	40.399
Materiais de segurança	22.609	14.355
Demais estoques	26.298	36.050
TOTAL	1.818.397	2.977.906

11. IMOBILIZADO

DESCRIÇÃO	Tx. a.a	2015	2014
Equipamentos de informática e periféricos	10 a 20%	626.726	570.454
Máquinas, equipamentos e aparelhos.	10 a 20%	3.797.770	3.453.603
Móveis e utensílios	10 a 20%	823.901	813.577
Instrumentos musicais	10 a 20%	23.400	23.400
Beneficência em prop. de terceiros	5%	1.399.023	1.399.023
Instrumentais cirúrgicos e equipamentos	10 a 33%	1.590.211	1.375.200
Adiantamento – ativo Imobilizado a receber	-	-	215.793
(-) Depreciação acumulada	(1.450.807)	(617.688)	-
TOTAL		6.810.224	7.233.362

11.1. Conciliação do imobilizado

Descrição	Equipamentos de Informática e Periféricos	Máquinas, Equipamentos e Aparelhos	Móveis e Utensílios	Instrumentos Musicais	Beneficência em Prop. Terceiros	Construções em Andamento	Instrumentais Cirúrgicos e Equipamentos	Adiantamento p/ Aquisição de Imobilizado	Total
Custo:									
Saldo em 31 de dezembro de 2013	508.494	2.892.752	393.139	23.400	-	-	-	284.023	4.101.808
(+) Adições	66.244	792.196	420.438	-	1.399.023	1.399.023	1.375.200	172.877	5.625.001
(-) Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(+/-) Transferências	(4.284)	(231.345)	-	-	-	(1.399.023)	-	(241.107)	(1.875.759)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	570.454	3.453.603	813.577	23.400	1.399.023	-	1.375.200	215.793	7.851.050
(+) Adições	60.907	353.323	10.324	-	-	-	215.012	-	639.566
(-) Baixas	(4.636)	(9.156)	-	-	-	-	-	-	(13.792)
(+/-) Transferências	-	-	-	-	-	-	-	(215.793)	(215.793)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	626.725	3.797.770	823.901	23.400	1.399.023	-	1.590.212	-	8.261.031
Depreciação:									
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(61.654)	(138.900)	(15.766)	(1.376)	-	-	-	-	(217.696)
(+) Adições	(60.078)	(224.997)	(53.057)	(3.042)	(40.805)	-	(18.013)	-	(399.992)
(-) Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(+/-) Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(121.732)	(363.897)	(68.823)	(4.418)	(40.805)	-	(18.013)	-	(617.688)
(-) Adições	(111.045)	(396.612)	(103.043)	(4.680)	(69.951)	-	(152.278)	-	(837.609)
(+) Baixas	1.883	2.482	125	-	-	-	-	-	4.490
(+/-) Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(230.894)	(758.027)	(171.741)	(9.098)	(110.756)	-	(170.291)	-	(1.450.807)
Imobilizado líquido:									
2015	395.831	3.039.743	652.160	14.302	1.288.267	-	1.419.921	-	6.810.224
2014	448.722	3.089.706	744.754	18.982	1.358.218	-	1.357.187	215.793	7.233.362
Tx. Depreciação anual:									
2015	10 a 20%	10 a 20%	10 a 20%	10 a 20%	5%	-	10 a 33%	-	-
2014	10 a 20%	10 a 20%	10 a 20%	10 a 20%	5%	-	10 a 33%	-	-

12. INTANGÍVEL

DESCRIÇÃO	2015	2014
Licença de uso de software	337.081	-
TOTAL	337.081	-

13. SUBVENÇÃO A APROPRIAR

DESCRIÇÃO	2015	2014
Circulante:	(a)	(25.670.888)
Projeto Hospital Alberto Rassi - HGG:		
Recursos aplicados em contas a receber	(b)	(23.823.657)
Recursos aplicados em estoque de mercadorias		(1.818.397)
Recursos aplicados em despesas antecipadas		(8.916)
Recursos p/ aplicação em investimento (HGG)		(19.918)
Não circulante:	(a)	(7.164.305)
Projeto Hospital Alberto Rassi - HGG:		
Recursos aplicados em Investimentos		(17.000)
Recursos aplicados em imobilizado		(6.810.224)
Recursos aplicados em intangível		(337.081)
TOTAL	(32.835.193)	(11.894.158)

(a) Referem-se às subvenções governamentais a serem apropriadas no resultado mediante atendimento aos critérios de reconhecimento previstos na norma contábil aplicável (NBC TG 07 (R1)). De acordo com a nota explicativa nº 6, as referidas subvenções estão evidenciadas no ativo reduzindo os saldos dos ativos correspondentes.

(b) Referem-se às subvenções governamentais em que o Instituto possui incerteza quanto ao seu efetivo recebimento. O registro permanecerá reduzindo o ativo até que não haja dúvidas quanto ao seu recebimento, ou que seja confirmada sua perda definitiva.

14. FORNECEDORES

DESCRIÇÃO	2015	2014
Fornecedores a pagar	8.789.179	4.203.127
Fornecedores a faturar	(a)	2.363.887
Outras contas a pagar	1.152.677	70.671
TOTAL	12.305.743	4.273.798

(a) Atendendo as normas contábeis, em específico ao regime de competência, este montante refere-se aos serviços que foram prestados no curso normal das atividades do IDTECH e que até 31 de Dezembro de 2015 não houve a emissão de documento fiscal.

15. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

DESCRIÇÃO	2015	2014
Salários a pagar	1.737.633	84.426
Rescisões a pagar	1.984	-
IRRF de empregados	304.129	277.402
Contribuição assistencial/sindical	581	1.043
INSS sobre folha	761.699	763.602
FGTS a pagar	270.253	246.675
PIS a pagar	34.174	31.999
Mensalidade associativa 1%	-	13
Obrigações com RPA	8.064	986
Férias a pagar	3.733.145	3.236.709
Obrigações com outros projetos	-	92.670
TOTAL	6.851.662	4.735.525

16. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

DESCRIÇÃO	2015	2014
INSS sobre NF a recolher	129.729	126.459
PIS, COFINS e CSLL sobre NF a recolher	38.400	49.460
ISS sobre NF a recolher	39.567	8.858
IRRF sobre NF	20.367	19.933
IRRF sobre Aluguel	45	-
TOTAL	228.108	204.710

20. PROVISÕES PARA RISCOS

O IDTECH é parte em ações judiciais de natureza trabalhista e a Administração acredita, apoiada na opinião e nas estimativas de sua Assessoria Jurídica (ASJUR), que as provisões para riscos trabalhistas são suficientes para cobrir as eventuais perdas.

DESCRIÇÃO	2015	2014
Trabalhistas	39.000	20.000
TOTAL	39.000	20.000

O IDTECH é parte em ações judiciais de natureza cível e trabalhista que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por sua Assessoria Jurídica (ASJUR) como perda possível. Em 31 de dezembro de 2015, os passivos contingentes estão representados, conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	2015	2014
Trabalhistas	441.895	45.776
Cíveis	5.000	5.000
TOTAL	446.895	50.776

21. DÉFICIT DO FUNDO RESCISÓRIO

Objetivando a manutenção, continuidade e a garantia da instituição diante de possíveis contingências trabalhistas, uma das políticas adotadas pelo IDTECH é a constituição do Fundo Rescisório, tendo em vista que sua atividade está centrada na administração de contratos de gestão que demandam grande número de mão de obra. No entanto, conforme demonstrado no quadro abaixo, o déficit apresentado dos saldos dessas contas decorre em virtude do cenário econômico atual, tendo como justificativa o atraso nos repasses financeiros da parte contratante.

DESCRIÇÃO	Saldo Atual	Valor Estimado	Déficit do Fundo
Fundo Rescisório – HGG	10.441	9.016.684	(9.006.243)
TOTAL	10.441	9.016.684	(9.006.243)

22. ISENÇÕES USUFRUÍDAS

Para apuração das isenções usufruídas pelo IDTECH, foi utilizado o regime de tributação do Lucro Real, para os exercícios de 2015 e 2014, sendo que o último foi recalculado para viabilizar comparabilidade das informações. Abaixo, segue quadro demonstrativo dos tributos que o instituto se beneficiou:

DESCRIÇÃO	2015	2014
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ	(a)	-
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	(a)	-
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	(b)	2.768.039
Imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISSQN	(c)	4.613.398
TOTAL DE ENCARGOS	7.381.437	5.181.941

(a) Considerando a legislação tributária vigente, o Instituto não gozou de benefícios para o IRPJ e para a CSLL tendo em vista que apurou déficit nos dois últimos exercícios, o que não gera débito para os referidos tributos.

(b) Estimada à alíquota de 3% sobre a receita bruta, deduzidas as glosas.

(c) Calculado à alíquota de 5%.

23. PATRIMÔNIO SOCIAL

23.1 Subvenção para cobertura de déficits

Em 2015, o Governo do Estado de Goiás, por meio da Secretaria Estadual de Saúde, emitiu o Parecer Nº 001/2015 – GEFIC, determinando o repasse de R\$ 8.130.000 (oito milhões, cento e trinta mil reais) para cobertura do déficit de 2014 que foi de R\$ 8.142.408 (oito milhões, cento e quarenta e dois mil, quatrocentos e oito reais), antes da retificação das cifras de 2014. O Instituto efetuou o registro desta subvenção diretamente no patrimônio social, por entender que: (a) o reconhecimento desta subvenção no resultado de 2015 distorce as informações do seu desempenho operacional para o referido ano calendário, permitindo interpretações equivocadas aos usuários das demonstrações contábeis; (b) o registro no patrimônio social, efetivamente, compensa o déficit de 2014 o qual está alocado contabilmente no referido grupo patrimonial e evidencia as informações de 2015 de acordo com as características qualitativas fundamentais previstas no item QC.5, da NBC TG Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro -, que são: *relevância e representação fidedigna*.

23.2 Patrimônio social a descoberto

Continuidade operacional – O Instituto apresentou um déficit de R\$ 6.861.438 (seis milhões, oitocentos e sessenta e um mil, quatrocentos e trinta e oito reais), que ocorreu, especialmente, em virtude do desequilíbrio financeiro existente entre os valores repassados e as despesas realizadas, para o contrato de gestão nº 024/2012 (HGG). Considerando os fatos, a Administração do IDTECH procedeu com as medidas necessárias junto à Secretaria Estadual de Saúde de Goiás, visando a repactuação dos valores para o referido contrato, de modo que o Instituto pressupõe o atendimento ao requerimento efetuado e a geração de superávits para os próximos anos.

24. CUSTO DOS SERVIÇOS

24.1. Custo com recursos humanos

DESCRIÇÃO	2015	2014
Gastos com recursos humanos	(41.839.099)	(40.290.112)
Gastos com recursos humanos sem vínculo empregatício	(88.170)	(258.018)
TOTAL	(41.927.269)	(40.548.130)

24.2. Custo com atividade hospitalar

DESCRIÇÃO	2015	2014
Materiais/ medicamentos HGG	(12.322.038)	(9.915.045)
Exames e diagnósticos	(2.545.700)	(1.210.647)
Manutenção, ocupação e conservação	(1.782.710)	(2.810.742)
Materiais diversos	(1.641.149)	(1.221.447)
Alimentação/ Refeição	(5.578.956)	(4.544.575)
Gastos com instrumentais cirúrgicos	-	(590.419,00)
TOTAL	(23.870.553)	(20.292.875)

25. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

DESCRIÇÃO	2015	2014
Despesas contratuais, ocupação, utilidades e serviços de terceiros	(8.496.408)	(11.600.195)
Manutenção, ocupação e conservação do patrimônio	(6.744.310)	(512.892)
Despesas com consumos diversos	(731.688)	(147.040)
Captação de recursos	(196.710)	(2.588)
Despesas com glosas SES - GO	(a)	-
Outras despesas administrativas	(39.036)	(2.042)
TOTAL	(33.427.633)	(12.264.757)



(a) Em 2014, o Instituto mantinha o registro de suas contas a receber e das receitas de subvenção pelo valor líquido das glosas, de modo que as mesmas não transitavam pelo resultado. Em 2015, optou-se por registrá-las contabilmente e transitá-las no resultado. Tal medida não gera impactos no resultado do exercício, uma vez que o efeito é nulo, já que as receitas não estão líquidas como no ano anterior.

26. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

DESCRIÇÃO	2015	2014
Receitas financeiras	108.634	6.120
Despesas financeiras	(14.533)	(20.441)
TOTAL	94.101	(14.321)

27. EVENTO SUBSEQUENTE

27.1 6º Termo aditivo ao contrato de gestão nº 024/2012 (HGG)

O contrato de gestão nº 024/2012 celebrado em 13 de março de 2012 entre o Estado de Goiás, por meio da Secretaria de Estado da Saúde – SES/GO, e o IDTECH, se encontra em processo de renovação, por meio do 6º termo aditivo, no montante de R\$ 104.113.131,72 (cento e quatro milhões, cento e treze mil, cento e trinta e um reais e setenta e dois centavos) divididos em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 8.676.094,31 (oito milhões seiscentos e setenta e seis mil e noventa e quatro reais e trinta e um centavos), para o período de 13 de março de 2016 a 12 de março de 2017. No entanto, até o encerramento destas demonstrações contábeis o aditivo supracitado não havia sido outorgado pela Procuradoria Geral do Estado - PGE e nem publicado em Diário Oficial para que surta seus efeitos legais.

Goiania-GO, 31 de dezembro de 2015.

Weder Cardoso Gomes Contador - CRC/GO nº 014168-1
Lúcio Dias Nascimento Coordenador Administrativo-Financeiro
José Cláudio Romero Coordenador Executivo

Approvedo pelo Conselho Fiscal em reunião realizada em 23 de março de 2016.

Rosa Maria Rodrigues Conselheira

Thalita Hyodo e Silva Membro

Alair Domiciano Membro

Approvedo pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 28 de março de 2016.

Rosana Carvalho Cardoso Ferreira Leite Presidente

Benjamin Beze Júnior Conselheira

Edna Maria Covem Conselheira

Eunice Machado Nogueira Conselheira

Helenir Aparecida do Amaral Queiroz Conselheira

Javier Miguel Magul Conselheira

Maria Aparecida Batista da Costa de Faria Conselheira

Maria do Rosário Cassimiro Conselheira

Valterli Leite Guedes Conselheira

Demonstrações Contábeis do Exercício Social de 2015 acompanhadas de Relatórios dos Auditores Independentes aprovado em 23 de março de 2016 pelo Conselho Fiscal e 28 de março de 2016 pelo Conselho de Administração, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária, em convocação realizada em 31 de março de 2016, conforme normas legais e disposições estatutárias do IDTECH em vigência.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros e Coordenadores do Instituto de Desenvolvimento Tecnológico e Humano (IDTECH)

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto de Desenvolvimento Tecnológico e Humano – IDTECH relativas ao contrato de gestão nº 024/2012 (HGG), celebrado com o Governo do Estado de Goiás, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração do IDTECH sobre as demonstrações contábeis

A administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do Instituto para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Instituto. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto de Desenvolvimento Tecnológico e Humano – IDTECH em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para as entidades sem fins lucrativos.

Ênfases

As demonstrações contábeis de 2014 foram reapresentadas em função da modificação da política contábil de evidencição e divulgação da subvenção governamental, bem como em decorrência de ajuste de exercício anterior, conforme descrito na nota explicativa nº 6. Os ajustes efetuados foram por nós revisados, sendo que a nossa opinião não contém modificação oriunda desses assuntos.

Em 2015, conforme descrito na nota explicativa nº 23.1, o Instituto recebeu subvenção para cobertura de déficits, no montante de R\$ 8.130.000,00, e registrou esta subvenção no patrimônio social. Não há

modificação em nossa opinião sobre o fato.

O Instituto, consoante notas explicativas nº 21 e 23.2, vem apresentando deficiência de capital de giro, fluxo de caixa negativo, histórico de déficit, fundos insuficientes para cobertura de despesas extraordinárias decorrentes do contrato de gestão, originários, especialmente, do cenário econômico desfavorável, do aumento de custos operacionais e do crescimento do saldo a receber de subvenção governamental. Esses fatos ilustram a existência de incertezas sobre a continuidade do Instituto, na execução do contrato de gestão. As demonstrações contábeis foram apresentadas no pressuposto da continuidade normal das atividades, não tendo, portanto, nenhum ajuste proveniente de um quadro de descontinuidade. Nossa opinião não contém nenhuma modificação relacionada ao tema.

Goiania – GO., 18 de março de 2016.

Murilo Santos Floresta CT CRC GO – 017572/O-0

Liviel Floresta CT CRC SP-84900/T GO

Floresta Auditores Independentes SS CRC – GO 905

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal do Instituto de Desenvolvimento Tecnológico e Humano – IDTECH, instituição sem finalidade lucrativa, qualificada como organização social, cumprindo atribuições legais, estatutárias e regimentais, examinaram a Prestação de Contas, consubstanciadas nas "Demonstrações Contábeis do Exercício de 2015" elaboradas de acordo com a legislação vigentes, encerradas em 31 de Dezembro de 2015, e concluem que as Demonstrações Contábeis refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição.

Goiania-GO, 23 de março de 2016.

Rosa Maria Rodrigues Conselheira

Thalita Hyodo e Silva Membro

Alair Domiciano Membro

SANTALUCIA AGROPECUARIA S/A		CNPJ 02.412.094/0001-31			
*** BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 ***					
RELATÓRIO DA DIRETORIA - Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. o resultado de nossas operações no decorrer do exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2015 e findo em 31 de dezembro de 2015, conforme balanço patrimonial, demonstrações de resultado do exercício, dos fluxos de caixa, de mutações do patrimônio líquido e notas explicativas às demonstrações financeiras.					
Aporé/GO, 31 de março de 2016 - A DIRETORIA					
A T I V O	31/12/2015	31/12/2014	P A S S I V O	31/12/2015	31/12/2014
CIRCULANTE	32.654,71	964.689,66	CIRCULANTE	49.411,19	35.040,10
DISPONÍVEL	32.654,71	964.689,66	financiamentos	22.621,74	0,00
caixa	23.962,39	906.200,07	tributos a recolher	3.381,92	1.268,41
bancos conta movimento	8.692,32	58.489,59	provisão para irpj e csll	20.355,35	33.771,69
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO	115.000,00	21.464,96	obrigações trabalhista e previdenciária	3.052,18	0,00
aplicações financeiras	0,00	21.464,96	DIVIDENDOS	3.072,00	0,00
outros créditos	115.000,00	0,00	lucros a distribuir	3.072,00	0,00
NÃO CIRCULANTE	2.257.159,63	2.257.159,63	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.352.331,15	3.208.274,15
IMOBILIZADO	2.257.159,63	2.257.159,63	CAPITAL	1.890.000,00	1.890.000,00
imóveis rurais	1.874.480,44	1.874.480,44	integralizado	1.890.000,00	1.890.000,00
edifícios e construções	300.000,00	300.000,00	RESERVAS	462.331,15	1.318.274,15
máquinas e equipamentos	2.000,00	2.000,00	reserva legal	346.484,99	281.763,63
móveis e utensílios	85.000,00	85.000,00	de lucros	115.846,16	1.036.510,52
depreciação acumulada	(4.320,81)	(4.320,81)	TOTAL DO PASSIVO	2.404.814,34	3.243.314,25
TOTAL DO ATIVO	2.404.814,34	3.243.314,25			
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO			DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
	31/12/2015	31/12/2014		31/12/2015	31/12/2014
Receita bruta			Fluxo de caixa das atividades operacionais		
receita de agropecuária	799.252,87	1.556.573,13	Lucro líquido do exercício antes da prov.de IR e CS	586.351,93	1.439.781,86
impostos sobre receita bruta	(29.175,26)	(56.814,93)	provisão de imposto de renda e contribuição social	(65.589,58)	(145.355,15)
Receita líquida	770.077,61	1.499.758,20	obrigações trabalhistas e previdenciárias	(3.052,18)	-
Despesas operacionais			aumento de tributos a recolher	(3.381,92)	-
despesas gerais e administrativas	(178.074,49)	(59.976,34)	Caixa proveniente das operações	514.328,25	1.294.426,71
Lucro antes do resultado financeiro	592.003,12	1.439.781,86	Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Resultado financeiro			despesas	0,00	0,00
receitas financeiras	0,00	0,00	Caixa utilizado nas atividades de investimento	0,00	0,00
despesas financeiras	(5.651,19)	-	Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Lucro antes das provisões	586.351,93	1.439.781,86	redução / aumento de financiamentos	(69.657,85)	(20.280,72)
provisão de IR e CSLL	(65.589,58)	(145.355,15)	Aumento de capital	0,00	0,00
LUCRO LÍQUIDO EXERCÍCIO	520.762,35	1.294.426,71	lucros distribuídos	(1.376.705,35)	(1.490.074,47)
LUCRO POR AÇÃO	0,2755	0,6849	Caixa utilizado/proveniente ativ. financiamento	(1.446.363,20)	(1.610.355,19)
			Aumento líquido de caixa	(932.034,95)	(215.928,48)
			Caixa e equivalentes de caixa no início do período	964.689,66	1.180.618,14
			Caixa e equivalentes de caixa ao fim do período	32.654,71	964.689,66
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			NOTAS EXPLICATIVAS		
	Capital	Reserva legal	Lucro (-) Prej.	Totais	
BALANÇO 31/12/13	1.890.000,00	215.237,13	1.330.529,61	3.435.766,74	1 - OBJETO - Cultivo de cana, pecuária, floresta, agricultura em geral e arrendamento e locação de imóveis próprios
resultado do exercício	0,00	0,00	1.294.426,71	1.294.426,71	2 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
reserva legal	0,00	66.526,50	(66.526,50)	0,00	2.1 - Demonstrações financeiras elaboradas e apresentadas de conformidade com os dispositivos da Lei 6.404/76 e 11.638/07 e da legislação tributária.
lucros distribuídos	0,00	0,00	(1.490.074,47)	(1.490.074,47)	2.2 - A contabilização das receitas e despesas foi efetuada pelo regime de competência.
despesas não dedutíveis	0,00	0,00	-31.844,83	-31.844,83	NOTA C - CAPITAL - O capital social, no início e no encerramento do exercício está representado por 1.890.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.
BALANÇO 31/12/14	1.890.000,00	281.763,63	1.036.510,52	3.208.274,15	
resultado do exercício	0,00	0,00	520.762,35	520.762,35	
reserva legal	0,00	64.721,36	(64.721,36)	0,00	
lucros distribuídos	0,00	0,00	(1.376.705,35)	(1.376.705,35)	
aumento de capital	0,00	0,00	-	-	
BALANÇO 31/12/15	1.890.000,00	346.484,99	115.846,16	2.352.331,15	

Aporé/GO, 31 de março de 2016

Claudio Rivetti Diretor Presidente

Giovanna Moura Dutra Contadora CRC 9375

69.858

SECRETARIA DA SAÚDE

Portaria nº 339/2016-GAB/SES-GO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, Considerando a Política Nacional para a População em Situação de Rua, instituída pelo Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009;

Considerando a Portaria nº 66/2014/GAB/SES, publicada no DOE de 16/05/2014, que instituiu o Comitê Técnico Estadual de Saúde da População em Situação de Rua de Goiás;

RESOLVE: Art.1º Retificar o § 1º do Art. 2º da Portaria nº 66/2014/GAB/SES, que trata da Coordenação do Comitê Técnico, onde se lê:

§ 1º A Coordenação do Comitê Técnico de que trata esta Portaria será realizada pelo representante da Secretaria Estadual de Saúde – Superintendência de Políticas de Atenção Integral à Saúde –SPAIS (Gerência de Programas Especiais – GPE) na sua ausência nos impedimentos eventuais, por seu suplente.

Letra-se:

“§ 1º A Coordenação do Comitê Técnico de que trata esta Portaria será realizada pelo representante da Secretaria Estadual de Saúde – Superintendência de Políticas de Atenção Integral à Saúde –SPAIS (Gerência de Programas Especiais – GPE) e /ou Representante da Sociedade Civil Organizada e, na sua ausência ou impedimentos eventuais, por seu suplente. O apoio para a organização e planejamento das ações continuará de responsabilidade do representante da Secretaria Estadual de Saúde –

Superintendência de Políticas de Atenção Integral à Saúde –SPAIS (Gerência de Programas Especiais – GPE).”

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

PUBLIQUE-SE, DÊ CIÊNCIA E CUMPRE-SE

Gabinete do secretário de estado da saúde, em 20 de Abril de 2016.

LEONARDO MOURA VILELA Secretário de Estado da Saúde de Goiás

Superintendência de Gestão, Planejamento e Finanças
Gerência de Licitações, Contratos e Convênios

EXTRATO DO CONTRATO
Nº 022/2016-SES/GO

Processo nº: 201500010023359
Objeto: Fornecimento de telefone sem fio, através da Ata de Registro de Preços nº 083/2015 SES-GO, proveniente do Pregão Eletrônico nº 041/2015 – Sistema de Registro de Preços da SES-GO.
Contratada: CIANORTH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA M.E.
Valor estimado do contrato: R\$ 5.680,00
Dotação: 2850.10.122.4001.4001.04.20
Data de assinatura: 12/04/2016